

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE

AGRAVO DE INSTRUMENTO

..... (nome completo), já devidamente qualificado no incluso instrumento de mandato, por seu advogado e bastante procurador ao final assinado, em Ação (nome da ação), de Procedimento Ordinário, que lhe move (nome completo do Autor), não se conformando, *data venia*, com a decisão de fls....., vem respeitosamente perante Vossa Excelência interpor recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO contra a citada e respeitável decisão que concedeu, na referida ação, apresentando em anexo as razões do recurso, requerendo seja o mesmo processado, conhecido e provido, conforme as razões adiante articuladas.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome)
OAB/..... n^o

MINUTA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante:

Agravado (a):

Agravo de Instrumento em Ação de Procedimento Ordinário

Proc. n^o/.....

.....^a Vara Cível do Foro.....

Egrégio Tribunal,

Colenda Câmara,

Conspícuos Desembargadores.

Data venia dos Desembargadores deste Egrégio Tribunal, a decisão que concedeu em Ação contra o Agravante, proferida pelo Meritíssimo Juízo da^a Vara do Foro....., deve ser reformada pelas razões que abaixo são sustentadas.

I. DECISÃO AGRAVADA

A concessão se deu porque o MM. Juízo *a quo* entendeu que (fls.).

II. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Como se pode observar da Certidão de fl., o mandado de intimação da Agravante dos termos da decisão agravada foi juntado aos autos em(dia, mês e ano) e o presente recurso foi interposto em(dia, mês e ano).

Portanto, interposto no prazo de dez dias o recurso é tempestivo consoante disposições dos arts. 241, II e 522, do Código de Processo Civil.

III. CABIMENTO DO RECURSO

Não se conforma o Agravante com a decisão proferida em primeira instância, acima transcrita, pois a mesma não atendeu (mencionar que disposição legal a decisão feriu).

Data venia do Douto Juiz que proferiu a decisão agravada, a mesma não atendeu, bem como não fez a esperada Justiça, sendo cabível o presente recurso de agravo para ou, conforme entender esta D. Câmara, sua reforma.

Assim sendo, passa o Agravante a demonstrar o vício e a injustiça da decisão agravada na exposição dos fatos e do direito e nas razões do pedido de reforma da decisão.

IV. EXPOSIÇÃO DO FATO E DO DIREITO

Foi ajuizada pela Agravada ação, contra o Agravante, sob a alegação de que, o que não é verdade e ficará demonstrado na ação de conhecimento.

No pedido da ação, a Agravada requereu (fl.):

“.....” (fazer a transcrição do pedido)

Todavia, a decisão agravada concedeu, o fazendo nos seguintes termos (fls.):

“.....” (transcrever o deferimento).

V. RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO

1.

No tocante à (mencionar a decisão proferida e os efeitos para o cumprimento dessa decisão para o Agravante).

Assim, no que depende do Agravante, para

Como se não bastasse a decisão exigir o cumprimento de uma obrigação que a Agravante não tem como cumprir integralmente pois não depende só dela, ainda impõe multa diária de R\$(valor por extenso) em caso de descumprimento, valor esse que o Agravante jamais terá condições de pagar.

Fica irredimido o Agravante porque (mencionar os motivos do inconformismo)

Ainda, a multa exigida é de valor extremamente alto frente ao direito que a Agravada alega ter, visto que (mencionar os motivos do exagero da decisão quanto a fixação da multa).

Assim, caso não seja extinta a pena de multa por esta Colenda Câmara, o Agravado terá um enriquecimento ilícito, visto que não depende só da Agravante para cumprir a decisão agravada, o que nem sempre é possível.

Diante disso, o Agravante espera que esta Colenda Câmara o exima de, bem como o isente do pagamento da multa diária, ou ao menos, diminua significativamente seu valor.

2.

Também não concorda o Agravante com a decisão agravada na parte em que (mencionar se for caso em que a decisão agravada determinou mais de uma obrigação para o Agravante).

Assim, a decisão deve ser reformada pra o fim de se adequar aos limites objetivos do pedido,

Como se vê, **CONSPÍCUOS DESEMBARGADORES**, não podia o Juízo *a quo*, que dita o direito, deixar de vislumbrar e analisar tão acentuadas questões e declinar de aplicar a lei ao aberrante *fattispecie*, como se não houvesse o texto legal a regradar o ato processual, sendo imperiosa a reforma da decisão, visto que contraria os dispositivos legais mencionados.

DIANTE DO EXPOSTO, após a sábia e douta apreciação de Vossas Excelências, Julgadores deste Tribunal de Justiça, sejam pelas razões aduzidas, pelo mérito inquestionável do recurso, sejam ainda por mais relevantes e fundamentais as situações de direito, seja pelo flagrante erro da decisão, sejam, ainda, pelos doutos suplementos jurídicos e sereno conhecimento dessa Egrégia Corte, espera e confia a Agravante no provimento do presente recurso, reformando-se a decisão agravada, como medida de inteira

JUSTIÇA!

NOME E ENDEREÇO DOS ADVOGADOS DO PROCESSO

Em cumprimento ao disposto no inciso III, do artigo 524 do Código de Processo Civil, o Agravante faz constar os nomes das partes e respectivos advogados militantes na causa, bem como seus endereços como consta dos inclusos instrumentos de mandato:

Agravante: (fl.)

Advogado:(nome) - OAB-....(Estado)(nº da inscrição na Ordem dos Advogados) - (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF).

Agravado: (fl.)

Advogado:(nome) - OAB-.....(Estado)(nº da inscrição na Ordem dos Advogados) - (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome)
OAB/... nº